



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,**

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA**

**CRIANÇA COM SÍNDROME DE WILLIAMS, EM SALA DE AULA REGULAR**

**IZABEL CRISTINA BORGES**

**ORIENTADOR (A): PATRICIA C. CAMPOS RAMOS**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**IZABEL CRISTINA BORGES**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA  
CRIANÇA COM SÍNDROME DE WILLIAMS, EM SALA DE AULA REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Patrícia C. Campos Ramos

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**IZABEL CRISTINA BORGES**

### **OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DE WILLIAMS, EM SALA DE AULA REGULAR**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em \_28\_/\_12\_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

PATRÍCIA C. CAMPOS RAMOS (Orientadora)

---

VIVIANE NEVES LEGNANE (Examinadora)

---

IZABEL CRISTINA BORGES (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico a conclusão de mais uma importante etapa da minha vida aos meus pais, irmãos, familiares e marido, filhos, netos e sobrinhos.

A todos aqueles que direta ou indiretamente acreditaram em mim e me incentivaram a ir em busca dos meus ideais.

## AGRADECIMENTOS

A cada vitória o reconhecimento devido ao meu Deus, pois só Ele é digno de toda hora, glória e louvor.

Agradeço a Deus pela conclusão dessa etapa da minha caminhada e pelas oportunidades que me foram dadas na vida, principalmente, por ter tido a oportunidade de conhecer pessoas interessantes. Agradeço pela sustentação, para através dela transformar momentos difíceis em aprendizado.

Agradeço aos meus pais (*in memoriam*) pois mesmo já tendo partido, estarão sempre vivos em meus pensamentos e coração. Sou-lhes eternamente grata.

Ao meu marido, José Luiz, que me incentivou nos momentos difíceis.

Aos meus filhos, sobrinhos e netos e a todos amigos da cidade de Barretos e de Campinas-SP.

A todos os tutores e equipe de apoio on-line e a Fabiana Silva, tutora presencial, que ajudaram direta ou indiretamente na conclusão desta etapa da minha caminhada.

Agradeço a minha orientadora, Patricia C. Campos Ramos, pois sua ajuda foi de fundamental importância nesse caminhar, iniciado em um novo contexto de aprendizado.

Obrigada a cada um de vocês.

## RESUMO

Este trabalho monográfico tem como tema os obstáculos e as dificuldades na inclusão de uma criança com Síndrome de Williams. A inclusão que hoje se discute tem origem com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Essa declaração foi resultante de um processo do esforço da sociedade para conquistar igualdade de direitos e dignidade a todos, estabelecendo um direito pluralista e universal. A influência na escolha por esse tema aconteceu a partir de observações feitas em sala de aula comum, de uma escola regular de Ensino Fundamental na cidade de Barretos. Este estudo teve como objetivo geral compreender as causas das falhas que ainda ocasionam a exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula e, como objetivos específicos, refletir sobre as condições da inclusão social do aluno deficiente, a partir da efetuação da matrícula, mas que no seu dia a dia na sala de aula fica sem a devida atenção; analisar e refletir a importância das escolas regulares sob o novo paradigma da educação, de igualdade; priorizar o processo de aprendizagem dos alunos, independentemente de suas dificuldades, já que lhes são garantidos, por leis, os direitos de acesso e permanência na sala de aula das escolas regulares. Para este estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza descritiva qualitativa, com participação do professor da sala de aula e da mãe da aluna com deficiência. Os resultados nos mostraram que ainda há muito que fazer, pois notamos que professores, gestores e familiares ainda não se organizaram o suficiente para as práticas necessárias de uma educação inclusiva eficiente como descreve a legislação.

**Palavras-Chave:** Inclusão escolar, Sala de Aula, Necessidades Educacionais Especiais, Síndrome de Williams

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
APRESENTAÇÃO .....	9
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL .....	11
1.2 INCLUSÃO/EXCLUSÃO E A CONCEPÇÃO DO PROFESSOR.....	13
1.3 A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA .....	16
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	20
<b>3 CONHECENDO E LIDANDO COM A SÍNDROME DE WILLIAMS-BEUREN.....</b>	<b><i>Erro! Indicador não definido.</i></b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA.....	21
4.2 CONTEXTO DA PESQUISA .....	22
4.3 PARTICIPANTES .....	23
4.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS.....	23

4.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES .....	24
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	34
ROTEIRO DE ENTREVISTA MÃE .....	34
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO: PROFESSORA .....	35
ANEXOS .....	36

## **APRESENTAÇÃO**

De acordo com o Art.58 do capítulo V da Lei 9.394/96, entendemos por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida para educandos com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Portanto, enfatizando a educação especial como uma realidade atual em todas as escolas, através desta pesquisa, buscamos refletir sobre as práticas diárias de inclusão e educação das crianças nas classes das escolas regulares.

Desde o primeiro estágio feito no ano de 1988 quando cursava o magistério, e depois, no ano de 2008, quando ainda estava cursando o segundo ano de Pedagogia, os alunos com deficiência sempre me chamaram atenção, pois em várias salas de aula que estagiei, o aluno de inclusão ficava excluído. Notava que após a efetuação da matrícula, no dia a dia dentro da sala de aula, no seu dia a dia, as crianças incluídas no ensino regular eram, muitas vezes, colocadas à parte, sem atividades; o professor regente sempre me passava a responsabilidade de ficar com esse aluno; questionava sobre isso com os professores, na faculdade, pois achava que só o cuidado que eu tinha com eles não era suficiente, mas as respostas eram muito vagas, e assim fui lidando com esta realidade, mas sempre procurando fazer algo diferenciado, levando atividades diferenciadas para trabalhar com essas crianças.

Naquela época, o que me inquietava era que eu frequentava a faculdade e o estágio para aprender, e nem com os professores regentes eu aprendia. Se passaram dez anos entre estágios e trabalho em escolas públicas, mas o discurso dos professores que lidam com a inclusão é o mesmo; há dez anos pouco se falava em sala de recursos, professor de AEE, eram poucas escolas que passei que tinham o apoio na sala de inclusão, de modo que meu foco passou a ser aprender a lidar com essa clientela.

O aprendizado que tive durante esse curso me conduziu à escolha desse tema, para analisar “os desafios enfrentados no processo de inclusão de uma criança com síndrome de Williams, em sala de aula regular”, a partir da observação feita em uma escola de Barretos SP, com o objetivo de refletir sobre as condições da inclusão social de um aluno com deficiência.

Refletir sobre o motivo de tantas reclamações, despreparo e resistência por parte dos professores da sala de aula comum em aceitar esse aluno, analisar a importância de as escolas, sobre o novo paradigma de educação, priorizar o processo de aprendizagem de seus alunos, independentemente das dificuldades e limitações apresentadas por eles, o estudo do tema proposto será de grande relevância, para que possamos entender o que gera tantos conflitos,

por parte de professores, gestores e outros profissionais considerando-se, ainda, a participação da família.

Se a atual realidade da inclusão tem como garantia a matrícula, o financiamento público e dos recursos de acessibilidade na escola comum, por outro lado, percebemos que a realidade da inclusão atual na sala de aula ainda está longe de ser a ideal. Atualmente, apesar de ter facilitado o acesso de pessoas com deficiência na sala de aula das escolas regulares, as barreiras ainda são muitas, por exemplo, professores com discurso de que não estão preparados ou que não têm como trabalhar com esses alunos, pois as salas estão sempre cheias e há pouco espaço. As barreiras atitudinais são as que mais causam danos à pessoa com deficiência, pois a escola, que tem o dever de – através da educação – minimizar e até erradicar seus efeitos, age ao contrário, deixando que tais atitudes se perpetuem.

Sendo a escola o espaço propício para educar os alunos para viver na diversidade, esse estudo possibilita analisar a responsabilidade do professor e da família, diante do desafio da educação para todos, sem exclusão na sala de aula, com o desejo de levá-lo a reflexões que os façam reorganizar suas práticas e, talvez, vencer seus preconceitos, com o intuito de colaborar e propor, para que se criem planos de ações, visando que mudanças necessárias sejam implantadas.

A pesquisa será desenvolvida através de revisão bibliográfica e trabalho de campo de natureza qualitativa, considerando a inclusão de uma criança com síndrome de Willians, de uma sala do primeiro ano do Ensino Fundamental, em uma escola de ensino regular inclusiva, considerando a participação de professores, familiares e coordenador.

# 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 - atual Instituto Benjamim Constant-IBC - e o Instituto dos Surdos e Mudos, em 1957, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental e, em 1954, foi fundada a primeira Associação Educacional especializada no atendimento de pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008).

A inclusão que hoje se discute teve origem em meados do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Essa declaração foi um processo resultante do esforço da sociedade para conquistar igualdade de direitos e dignidade a todos. O ideal que ela estabelece é um direito pluralista e universal “ordenando precisamente ao redor dos direitos fundamentais de toda pessoa humana” (DELMAS-MATY, 1999, p. 106).

Em relação ao movimento de inclusão de pessoas com deficiências, considera-se a Declaração de Salamanca, em 1994, o marco na luta contra o preconceito. O documento foi elaborado na reunião internacional de “Educação para Todos”, na cidade espanhola. A partir da Declaração, as discussões e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência passa a se organizar como políticas públicas de atendimento, inclusive no Brasil (COELHO, 2010).

A convenção da Guatemala, em 1999, trouxe a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas então ditas "portadoras" de deficiência, mas, em junho de 2001, o movimento internacional conhecido como *Rehabilitation International* produziu uma Carta para o Terceiro Milênio. Cada vez mais se fala em inclusão, com proposta de que os governos assegurem a implementação de políticas, programas e práticas para que ela ocorra, adotando princípios do desenho inclusivo, para que sejam incorporados nos currículos dos programas educacionais (KELMAN, 2010).

Desde 1964, no Brasil, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas Leis de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDBM, Lei 4024/64, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino. De lá para cá, entre as novidades lançadas pelas políticas públicas, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado - AEE, Educação Especial que [...] “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SE – ESP/MEC, 2008, p.10)

Coelho (2010) nos mostra que diversos documentos foram sendo produzidos durante esse processo de avanços e conquistas, mas, a pluralidade normativa é contraditória, já que nos diferentes documentos o conceito de inclusão é abordado em diferentes perspectivas. A autora, por exemplo, utiliza-se da definição de inclusão estabelecida no documento que institui as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução n02, de 11/09/2001, que indica que inclusão é: “garantia de acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de Como fenômeno sociocultural recente, a inclusão exige permanente esforço para a equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões da vida (p.57)”. Como um fenômeno sociocultural recente, a inclusão exige permanente esforço para a caracterização e compreensão de suas peculiaridades.

MANTOAN (2006), por sua vez, nos traz que a inclusão acontecerá quando houver uma mudança de paradigma sobre o que entendemos como educação escolar e o seu papel em na sociedade, hoje. Traz, ainda, que “a escola se entupiu de formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracias” (MANTOAN. 2006. p. 14), que só constroem barreiras para que a inclusão aconteça. Uma inclusão total e democrática, nesta perspectiva contrária à inclusão como socialização, sugere que deixemos de lado o pensamento de que a massificação do ensino já seja o suficiente para a inserção de todos igualmente, ao denunciar que a escola abriu espaço para os novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos valorizados.

## 1.2 INCLUSÃO/EXCLUSÃO E A CONCEPÇÃO DO PROFESSOR

Percebemos que ainda há muito o que fazer para driblar os desafios e obstáculos que teimam em permanecer no caminho da inclusão, não só por parte dos professores, mas de toda a sociedade. MONTANO (2015) parte do fato de que, para ensinar a turma toda, os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio e de acordo com seus interesses e capacidades. Também é fundamental que o professor nutra elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

Como já vimos, a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda (MONTANO 2015)

Segundo MONTANO (2004), há uma reviravolta bem mais complexa do que se pensa na formação inicial e continuada de professores para a inclusão que está sendo, pouco a pouco, entendida pelos que elaboram políticas públicas de educação e pelos que planejam ações para concretizá-las. Com a política nacional da Educação Especial (BRASIL, 2008), a formação do professor de educação especial passou a ser uma especialização lato senso-pós-graduação em Pedagogia. E não é o bastante.

Vários estudiosos como Carvalho (2004), Santana (2005), Lopes (2007) perceberam essa exclusão nas escolas e as discussões que nos trazem nos fazem refletir sobre a realidade enfrentada pelos gestores, professores em escolas da rede de ensino. Lopes nos mostra que a inclusão chega à escola como uma meganarrativa revolucionária e pretenciosa, sendo necessário examiná-la detida e cuidadosamente, o que “(...) não significa lutar para inviabilizá-la, mas significa uma tentativa de pensá-la para além do binômio reducionista do incluído ou do caráter salvacionista que a inclusão parece carregar” Ou seja, no momento de inserirmos crianças com NEE não devemos fazê-lo como uma medida assistencialista, muito menos estacionarmos apenas nas discussões de oposições binárias entre inclusão e exclusão. Muito pelo contrário, devemos analisá-la como direito garantido de todos à educação que

“(...) pretende não impor para tais alunos facilidades ou dificuldades diferentes dos demais, apenas pensar em estratégias diferentes de planos de ações” (LOPES, 2007, p.1)

O Autor nos mostra que é comum gestores educacionais e professores encontrarem barreiras para a concretização da inclusão. Quando não pior, veem apenas como uma ferramenta assistencialista, acreditando que o simples fato das crianças com deficiência já estarem, em uma instituição regular de ensino é o suficiente. A autora ainda afirma que administradores escolares e professores que assumem tais posturas desconsideram que todos possuem o direito à aprendizagem de qualidade que respeitem a cada um (LOPES, 2007, p.1)

A visão que temos dos professores e gestores educacionais, de que não querem e dificultam a entrada de alunos com NEE, pela simples acomodação dos mesmos, vem ser quebrada. Principalmente os professores rejeitam a ideia de "crianças especiais" em suas classes, pelo medo de fracassarem educacionalmente com esses alunos. Como se faltassem no cumprimento do maior objetivo em sua profissão, que é o de educar, uma boa parte dos professores não aceitam a ideia da inclusão em suas escolas e salas de aula, com o discurso de não estarem preparados para receber esses alunos.

Quando a professora diz “não quero esses meninos em minha sala”, podemos interpretar sua recusa como má vontade, medo, pouca colaboração... ou como a tradução do desejo de contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno, para qual se sente desqualificada (CARVALLO, 2004, p.74).

Mudar e valorizar a diferença na escola significa romper com os pilares nos quais a escola se define até agora. Dentre as novidades lançadas pela Política, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado-AEE, Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SE – ESP/MEC, 2008, p. 79)

Os objetivos da Política Nacional de Educação Inclusiva foram traçados tendo em vista reafirmar esse novo lugar da Educação especial nos sistemas de ensino. Nesse sentido, ela é incisiva e esclarecedora, destacando seu mote de contribuir para a transformação das relações com as diferenças cultivadas na escola e fora dela, imprescindíveis para que o ensino comum reconheça a necessidade de refazer suas práticas e de reconstruir-se sob os princípios e valores da inclusão (MANTOAN; PIETRO, 2006)

É preciso desigualar condições para igualar oportunidades. Ou seja, como o desenvolvimento humano é marcado pelas diferenças, necessitamos entendê-las e respeitá-las para que possam se desenvolver. Para Kelman (2010, p. 57), “o substrato da inclusão são (sic) as diferenças”.

Para Vigotski, “os estudos sobre o desenvolvimento atípico se relacionam diretamente à sua orientação e preocupação como educador, em um movimento de unificação das concepções teóricas e das atividades práticas”. Novamente, um exemplo das tendências em unir tradições apartadas. Assim, o desenvolvimento de um currículo e de uma pedagogia criativos, em que imediação social favoreça o movimento compensatório que o defeito imprimir na personalidade da criança, há a indicação do benefício potencial da relação com a coletividade, da colaboração e da interação com os outros, bem como com outras crianças que se encontram à frente no desenvolvimento. Tem-se uma pedagogia voltada para as competências dos sujeitos, na qual a deficiência é compreendida como desafio em que, por meio de um processo criativo, haja a superação das limitações (BRAGA, 1995; COELHO, 2010).

Reúnem-se, ainda, reflexões da ordem das instâncias macrossociais com micro realidades do desenvolvimento, individual, exatamente como na descrição do valor da vertente teórica inaugurada por Vigotski:

[...] o fato de que se trata construtivamente os problemas educacionais colocados pelas crianças com necessidades especiais, procurando soluções no interior dos sistemas que apoiam a criança, ao mesmo tempo em que vai fornecendo mecanismos pelos quais a dinâmica dos sistemas educacionais pode ser mais compreendida. (EVANS, 1994, p.86).

### 1.3 A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

A influência dos contextos de desenvolvimento no processo social da pessoa com deficiência é uma questão que deve ser analisada, levando-se em consideração dois ângulos: a facilitação ou o impedimento que a família traz para sua inclusão na comunidade e na própria família (GLAT, 1989; 1995).

O conhecimento dos avanços científicos e da legislação vigente é proposto na formação conduzida aos educadores, em busca de prepará-los para não agirem, apenas, baseados em suas próprias crenças. Na documentação oficial da educação Básica brasileira, a escola é orientada a agir em parceria com as famílias de seus alunos. Para um engajamento familiar eficaz em apoio à aprendizagem escolar, sugere-se um conjunto de práticas, atitudes, crenças e interações diárias; além disso, incentivam-se estudantes, famílias, escolas e outros grupos da comunidade ao trabalho conjunto, de maneira sistemática, sustentada e integrada, fazendo-se necessário melhor compreender os posicionamentos da criança, da escola, da família e das interações desses contextos (CAMPOS- RAMOS, 2015, pp.16-17).

Diversos autores, tais como Trumbull; Turbull (1997) e Silva Mendes (2008), apontam para a importância da parceria da família, que não é facilmente estabelecida. Esta dificuldade justifica o crescimento de investigações que tem por base a ideia do trabalho colaborativo, isto é, que os profissionais não devem trabalhar de forma isolada, buscando sempre a inclusão das famílias no trabalho pedagógico.

O trabalho colaborativo implica no desenvolvimento de tarefas conjuntas, criando um contexto que intensifique a ação coletiva e partilha de recursos. No que concerne a parceria colaborativa entre profissionais da educação e a família, um dos problemas encontrado é a falta de conhecimento acerca de quais componentes devem estar presentes para que a parceria seja efetiva.

Quanto a relação entre família escola, na busca pelo favorecimento do processo de inclusão, podemos destacar que em diversos documentos legais como a LDBEM de 1996 está enfatizada a importância da família agir de forma integrada ao Estado na promoção da educação. Assim, a educação é vista como um processo conjunto que envolve tanto a família quanto o Estado.

A Declaração de Salamanca (1994) destaca a família como instituição importante na construção da Escola para Todos. Na seção “Participação da comunidade”, é enfatizada a interação com os pais, afirmando que a educação de crianças com NEE é tarefa a ser compartilhada entre pais e profissionais; e que os pais são os principais associados no que tange à educação de seus filhos e que eles devem decidir, na medida do possível, o tipo de educação que desejam para eles. No Brasil até o momento, não se presta a devida atenção à família, em especial ao que se refere ao direito de os pais escolherem o tipo de educação que seus filhos devem ter.

No processo de inclusão da criança com deficiência, família e escola constituem-se como dois microssistemas sociais que influenciam este processo, já que ambas tanto podem se configurar como uma rede de apoio quanto como um impedimento para a concretização do processo educativo. A família passa por diversos processos de adaptação, pois suas relações são mais transicionais do que fixas, mudando a partir de alterações do ambiente familiar. A escola, que se configura como espaço privilegiado de aprendizagem acadêmica e desenvolvimento social, pode constituir uma significativa rede de apoio às famílias no processo educacional de um de seus membros. Entretanto, assim como as relações familiares, as dinâmicas das relações escolares também são mais transicionais do que fixas, desta forma, ao se alterarem as políticas educacionais e os papéis sociais dos indivíduos envolvidos na escola, também é preciso que ocorram processos de adaptação. Desta forma, ao discutirmos o processo inclusivo, faz-se necessário que se envolvam todos os âmbitos sociais, dentre eles a família e a escola ( DESSEM, 2007).

Faria Filho (2000), ao fazer uma análise histórica acerca da relação entre família e escola destaca um afastamento destas duas instituições, ao longo do século XX, que resulta em grande parte da ação de defensores e instituidores da escolarização, mas ao mesmo tempo sendo uma preocupação deste mesmo grupo. Os professores começaram a reclamar da falta de interesse e envolvimento das famílias na educação dos filhos, em especial das camadas populares e passam a ser realizados diagnósticos variados para delinear ações que reaproximassem família e escola, que “...mostram intenção colonizadora da escola em relação à família em face da realidade social mais ampla” (p. 45).

### **3 CONHECENDO E LIDANDO COM A SÍNDROME DE WILLIAMS-BEUREN**

“Síndrome” é uma palavra que significa um conjunto de sinais clínicos. Síndrome de Williams, ou Síndrome de Williams-Beuren (SWMB) é o nome atribuído ao conjunto de sinais que foram descritos em indivíduos atendidos por esses médicos (LOPES, 2008). É uma desordem genética rara com manifestação hereditária, e que ocorre em aproximadamente uma a cada vinte e cinco mil crianças nascidas, apresentando impactos nas áreas comportamental, cognitiva e motora.

Tais pessoas, na maioria dos casos, apresentam alterações no locus do gene da elastina, em um braço do cromossomo sete. A diminuição dessa proteína justifica o porquê de geralmente apresentarem alterações cardiovasculares, voz rouca, genitália pequena, face característica, necessidade frequente de urinar e envelhecimento prematuro (ARAGUAIA MARIANA, 2010).

A preservação de habilidades expressivas de linguagem contrasta com prejuízos sintáticos - pragmáticos, que variam de acordo com o nível de deficiência intelectual, o uso excessivo de clichês, efeitos sonoros, recursos de entonação, ecolalia e pausas, que afetam a comunicação. Há características do fenótipo cognitivo que são baseadas em evidências: a deficiência intelectual em níveis variados (leve a moderada), prejuízos em habilidades motora de coordenação fina e grossa, dificuldades no planejamento, controle e direcionamento do comportamento, déficits em habilidades de memória de trabalho (dificuldade para armazenar acessar, manipular, reorganizar e utilizar informações). Determinadas habilidades de memória verbal podem estar preservadas, porém, em contraste com prejuízos nas habilidades de memória visuo espacial, dificuldades para prestar atenção e se concentrar em diversas atividades, hiperacusia e boas habilidades musicais. (Mervis, John, Lima, Segin e Araújo et al. apud TRIGUEIRO, 2012).

Segundo as autoras do Catálogo de Orientações para promoção da saúde mental e qualidade de vida em pais e seus filhos com SW Fator importante que pode exercer grande influência na qualidade de vida das pessoas com SW são as redes de suporte social, como a participação em uma associação com finalidade de oferecer suporte e apoio a essas pessoas e seus familiares, facilitando vários aspectos, como trocas de informações, encaminhamentos e acesso aos serviços de saúde das pessoas com a síndrome e de seus familiares. (MARTIN; TEIXEIRA; CARREIRO, 2014).

Orientações pedagógicas também têm sido formuladas para professores que tem em suas classes crianças com SW. Lima e seus colaboradores (2013) apresentam orientações para rever o manejo de comportamentos característicos dessas crianças em diferentes ambientes, auxiliando o professor com orientação em e para o contexto de sala de aula, em

reação a princípios básicos de alfabetização e orientações para os pais sobre o desenvolvimento de habilidades de vida diária.

Além disso, o acompanhamento precoce permite o alívio de sintomas e prevenção de doenças aos quais essas pessoas se apresentam predispostas. Assim, pode ser importante a realização periódica de exames cardiológicos, audição, visão e dosagem de cálcio; acompanhamento de peso e nutricional (30 % dos adultos com essa síndrome tendem a ser obesos); avaliação digestiva e urinária, ortopédica, neurológica e odontológica. Com esses cuidados, a expectativa de vida é a mesma da média da população (ARAGUAIA MARIANA, 2010).

Lidar com pessoas com síndrome de Willians, em sala de aula, requer conhecimento do professor em relação a elas, afim de que sejam assistidas de acordo com suas capacidades e necessidades. É com isto que pretendemos colaborar com esta pesquisa, cujos objetivos descrevemos a seguir.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

- Observar se a inclusão de uma aluna com síndrome de Willians se transforma em exclusão na sala de aula, em uma escola regular do município de Barretos - SP.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a percepção do professor na sala de aula regular, de uma escola regular inclusiva, sobre as práticas pedagógicas para alunos com deficiência.
- Levantar as dificuldades do professor para ensinar o aluno com deficiência.
- Observar a participação da família na escola, e o conhecimento da família sobre inclusão.

## 4 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada através de investigação de cunho descritivo, com pesquisa bibliográfica e de campo, que visa detalhar a realidade dos participantes, dentro do contexto em que estão inseridos, possibilitando melhor análise das concepções que a comunidade escolar e a família têm do aluno com deficiência, da sua inclusão na sala de aula da escola regular. Neste estudo tentamos ter um olhar mais profundo sobre os relatos do professor e da família, sobre dificuldades enfrentadas na sala de aula comum, frente a inclusão de uma aluna com síndrome de Willians, e se a escola está sendo inclusiva.

Realizamos entrevistas semiestruturadas e observação na sala de aula. Foram apresentados os documentos necessários, como a carta de apresentação para a Diretora da escola e os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE), para serem assinados pela professora do primeiro ano e a mãe da aluna.

### 4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

A pesquisa com abordagem qualitativa foi adotada por ser a que mais se aproxima com a ciências humanas, ao buscarmos por ela o contato, a troca de informações e a integração entre o pesquisador e o pesquisado na busca de conhecimento. Segundo Bogdan Biklen (1994), este tipo de pesquisa supõe contato prolongado com a situação investigada, através do trabalho de campo e revisão bibliográfica.

A metodologia aplicada nesta pesquisa baseou-se, desde o início, nas ideias citadas por Maciel; Raposo (2010). Na perspectiva destas autoras, o curso de produção de informações no trabalho de campo da investigação qualitativa é, simultaneamente, um processo de produção de ideias no qual toda nova informação adquire sentido para a investigação. A revisão bibliográfica representa um momento fundamental; a definição do problema ou das perguntas de pesquisa vão aparecendo na reflexão do investigador, comprometido com suas leituras, tornando essencial a produção de ideias que terão uma expressão progressiva no curso da investigação.

O trabalho de campo pressupõe a participação espontânea do investigador no curso cotidiano da vida dos sujeitos investigados, não só no meio estudado, mas também na instituição estudada, a qual conduz a informações de importantes redes de comunicação que permitem a expressão cotidiana dos sujeitos estudados, fonte excepcional para a produção de conhecimentos psicológicos, configurando assim um processo contínuo de retroalimentação.

## 4.2 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola regular de ensino de Barretos – SP que fica em um bairro da periferia, com uma clientela proveniente de famílias humildes, em que geralmente o pai e a mãe trabalham fora. A escola atende alunos da pré-escola ao 1º ano e, no período noturno, Educação de Jovens e Adultos, com professores efetivos da rede municipal, contratados pelo regime CLT.

A escola funciona no período matutino e no vespertino, no horário das 7h00min às 16h30min e das 19h00min às 22h00min para o (EJA) Educação de Jovens e Adultos e em período integral para as crianças da pré-escola e primeiro ano, que participam de atividades pedagógicas complementares, como: inglês, espanhol, laboratório de ciências, informática, gastronomia, teatro, dança, educação ambiental, capoeira e educação física, além de receberem todas as refeições.

A escola se encontra na categoria de uma escola inclusiva, com três classes com um aluno inclusivo em cada uma e foi escolhida por ser sede para o EPA e o AHTPC da pesquisadora e a professora, por ter indicado maior número de problemas com a inclusão por parte dela, a respeito de sua aluna com Síndrome de Willians. Nas reuniões, havia muitas reclamações por parte dos professores sobre as dificuldades da inclusão, e na sala em que estuda a aluna com Síndrome de Willians, houve muitos conflitos durante o ano a respeito da inclusão.

### 4.3 Participantes

Participam desta pesquisa: a professora da sala de aula do primeiro ano D e a mãe da aluna com síndrome de Willians. Também tínhamos a intenção de entrevistar a professora da AEE, porém, no dia que estava marcado para gravar a entrevista houve resistência por parte da professora, e quando marcamos nova data ela se afastou por licença maternidade; a professora da sala de aula, depois de muita insistência, assinou o termo de consentimento livre e esclarecido e aceitou gravar a entrevista.

### 4.4 Instrumentos e Materiais

Foram utilizados os seguintes os seguintes materiais: gravador, de áudio. Como instrumentos, foram realizadas entrevista com a mãe, roteiro (Apêndice A); entrevista com a professora (Apêndice B) e observação na sala de aula.

A observação, como técnica de dados empíricos na pesquisa qualitativa, é discutida por vários autores, entre os quais Minayo (1994), Trivinos (1987), Ludk; André (1986). Como forma de captar a realidade empírica, foi considerada por Good; Hatt (1979) como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa. Para que se torne mais válida e fidedigna, requer planejamento em relação ao que observar e como observar.

Uma das vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações (LUDK; ANDRÉ, 1986).

A observação participante tem origem na antropologia e na sociologia, e é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para a coleta de dados em situações em que se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social. (HOLLOWAY; WHEELER, 1996).

Na entrevista semiestruturada, o participante tem a possibilidade de o participante discorrer sobre suas expectativas, a partir do foco principal proposto pelo

pesquisador, no mesmo tempo que permite suas respostas livres e espontâneas. As questões elaboradas para a entrevista levam em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que o pesquisador recolheu sobre o fenômeno social (TRIVINOS, 1987).

#### 4.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Após a apresentação e assinatura dos documentos necessários para iniciar a pesquisa: a carta de apresentação para o diretor e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCL) para a professora e a mãe, foi realizada uma entrevista semiestruturada e a observação na sala em que estuda a aluna com Síndrome de Williams.

A entrevista com a professora da sala foi realizada na escola, no intervalo da aula. A entrevista com a mãe foi realizada em sua residência, na qual estava presente o pai e a irmã de treze anos.

A observação foi feita em um dia, com duração de trinta minutos, e intervalo de quinze minutos, e depois mais trinta minutos, totalizando uma hora ao todo. A entrevista teve a gravação de áudio com a mãe com duração de 6 minutos e 56 segundos, enquanto a entrevista com a professora durou 5 minutos e 21 segundos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de levantar as dificuldades encontradas e refletir sobre a prática pedagógica referente à aluna com Síndrome de Williams, e as condições do aluno deficiente a partir da matrícula; analisar e refletir a importância das escolas regulares priorizar o processo de inclusão dos alunos, analisar a percepção do professor da sala de aula regular; além de buscarmos favorecer a educação inclusiva, tentamos conhecer as concepções da professora e, para isso, durante a entrevista o foco foi na capacitação do professor e na sua experiência com a inclusão, nas seguintes questões:

- Necessidade de capacitação de professores da Rede Pública de Ensino para a ação pedagógica na sala diante a inclusão;
- Experiência da professora com a inclusão

Nos relatos a seguir, a professora expressa sinceridade, mas também mágoa, ao falar o que ela pensa em relação a inclusão:

*Já trabalhei com inclusão outros anos, trabalhei com 3 crianças, foi uma experiência diferente porque cada criança tem um tipo de deficiência e comportamento diferente é um trabalho diferente, a gente vai se adaptando com o currículo escolar.*

*Na inclusão é um momento delicado e um momento difícil porque as pessoas têm medo na hora de aceitar e desenvolver seu trabalho por não conhecer direito, mas a gente vai fazendo o possível, com parceria com médicos, psicólogos com cursos na escola e também com a própria experiência, faz a gente enriquecer mais o conhecimento e conseguir fazer um trabalho melhor e quebrar esse mito que criança inclusiva só dá trabalho agente apreende muito com eles.*

A aluna está matriculada, mas percebe-se que não está incluída como rege os princípios da constituição para o ensino “A igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art 206, Inciso 1). A família tem consciência da importância de sua participação na vida escolar de sua filha, porém falta informações sobre as leis que garantem a todos o direito da educação.

Após desligar o gravador, com a entrevista já encerrada, a professora disse à pesquisadora que, na parte pedagógica, não saiba como trabalhar com essa aluna, na sala de aula. Ela relata também que, *com muitos alunos na sala, fica difícil trabalhar a parte pedagógica com a aluna*. Ela ressalta que *a falta de planejamento por falta dos gestores da escola, pois antes de efetuar a matrícula dessas crianças, eles deveriam pensar no espaço, na capacitação do professor e no número de alunos da sala na qual a criança vai ser inserida, ela cita que a professora de AEE, ou atender só nesta escola, tendo uma participação maior no dia a dia desses alunos, pois atualmente ela vai à escola duas vezes na semana*.

No dia da observação, a pesquisadora acompanhou os alunos junto com a professora e a cuidadora da aluna com deficiência, no caminho do refeitório para a sala, notando que a aluna estava sempre acompanhada das outras crianças, que brincam, se abraçam e cuidam dela.

A professora neste dia da observação, interagiu com a aluna observada só na hora do intervalo, e quando a criança estava inquieta para tentar acalmá-la.

Ainda falta, por parte dos professores diante da inclusão, por serem eles os indicadores das dificuldades e problemas relacionados à inclusão e conhecedores de como devem agir proporcionar oportunidade iguais de aprendizagem para todos os alunos.

Carvalho (2007, p.115) considera um desafio para a política educacional brasileira, a valorização do magistério, especialmente no modelo de Educação Inclusiva proposto, reiterando que a remuneração e as condições de trabalho têm se tornado fortes obstáculos para a permanência na prática educativa.

A "anormalidade" que a mãe relata na entrevista, é que até os seis meses, ela não sabia que a sua filha tinha nascido com a SW; após o nascimento, a criança foi internada várias vezes com pneumonia e a família só tomou conhecimento quando os médicos disseram que teriam que ser feitos muitos exames para descobrir, e somente depois dos resultados informaram para a família que a criança tinha síndrome de Willians.

A mãe demonstra ter consciência da importância da participação da família na vida escolar da filha, pois a partir do momento que a filha foi matriculada em outra escola e ficou um ano todo sem um cuidador, a criança não teve nenhum avanço e perdeu o ano, sem uma pessoa para cuidar, a menina ia à escola só para a recreação, ela

sentiu que deveria ir à luta e exigir todo direito que é garantido por leis (Decreto-lei nº 3/2008, que trata da definição das condições de Apoios Especializados para crianças e jovens com necessidades educativas especiais permanentes no Ensino Público, privado e cooperativo). Através da promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para todos.

*Resolvi ir para a Secretaria de Educação, lá exigiram para que eu trouxesse o laudo médico, questioneei, como ela passa pelo HC duas vezes ao ano para trazer os exames para depois retornar ao médico para ver os exames, eu não tinha o laudo, peguei só em setembro, ela perdeu o ano totalmente, não teve a cuidadora, peguei esse laudo, levei na secretaria de educação, falei com a M e S (nomes das pessoas), e solicitei com urgência uma cuidadora para minha filha. Esse ano ela é acompanhada pela cuidadora desde o início do ano, ela teve avanços, ficou mais comunicativa, começou a falar melhor, a cuidadora corrige o jeito dela falar, está conhecendo cores, e imagens, teve melhora.*

*A melhora que ela teve não foi significativa, mas ela precisa muito mais, conversei na escola vão tentar deixar ela no primeiro ano, novamente no ano que vem, para mim está bom gosto desta escola é excelente minha outra filha estudou lá por dois anos não tenho que me queixar.*

O cuidador é o profissional que auxilia o aluno em seus cuidados de vida diária e de vida prática, ajudando-o somente nas atividades que não consegue realizar sozinho como ir ao banheiro, alimentação, troca de roupa e/ou fraldas e higiene pessoal.

Durante esta discussão buscamos esclarecer, ainda, a decisão da mãe em procurar a escola para apoiar a decisão da professora regente, da professora de AEE e da diretora, em deixar a filha frequentar o primeiro ano outra vez. A mãe relata que a partir de agora vai fazer o possível para aprender como ajudar a filha nas atividades propostas pela escola, pois sentiu que a filha tem capacidade de aprender muito, mesmo que ela não tenha o mesmo ritmo das outras crianças e acreditamos que para isto necessite de apoio de outras pessoas.

A mãe, representando a família, relata que a professora regente e a professora de AEE deveriam mudar a forma de ensinar sua filha, pois os avanços desse ano foram poucos e que os avanços que a filha teve foi devido a atenção da cuidadora, que mesmo sem poder intervir na parte pedagógica, ela se esforça para que a sua filha não fique sem fazer nada na sala.

Frequentemente, mesmo os participantes do contexto escolar, professores, diretores, alunos, pais de alunos, etc., sentem-se sozinhos e frustrados por não saber onde procurar ajuda para solucionar problemas que o processo de inclusão estabelece para a dinâmica educacional.

O contexto da coordenação pedagógica torna-se, assim, um espaço valioso para a continuada reflexão que possa indicar formas de enfrentamento desses problemas. (COELHO, 2015). Há aspectos essenciais a serem levados em conta na organização do trabalho pedagógico do contexto inclusivo, que podem subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica (MITJANS; MARTINEZ, 2006). Elaboramos e apresentamos aqui uma síntese dos aspectos abordados pela autora:

- a. Favorecer a criação de espaços comunicativos/relacionais visando contribuir para gerar novas produções de sentido sobre aprendizagem e diferença.
- b. Estimular o desenvolvimento da condição de sujeito negada pelas posições assistencialistas e paternalistas dominantes;
- c. Conferir novo caráter aos processos diagnóstico e de avaliação educacional, a partir das seguintes caracterizações; a) seu caráter qualitativo; b) seu caráter construtivo; c) seu caráter processual; d) seu caráter interativo; e) seu caráter singular.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as causas que ainda dificultam a inclusão do aluno com deficiência na sala de aula da escola regular. Os objetivos específicos tiveram significação na formulação dos roteiros das entrevistas realizadas, onde os participantes puderam emitir suas opiniões e concepções, embora alguns com certa resistência, outros com mais liberdade. A construção de dados proporcionou uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por alunos e professores na sala de aula com aluno deficiente, com o objetivo de identificar e propor discursões e ações, que venham colaborar para diminuir as barreiras que dificultam a inclusão.

A inclusão começa na família, quando desde o nascimento a criança com deficiência cresce, percebendo que faz parte de uma família em que todos a amam e a valorizam; certamente essa criança vai crescer com capacidade para enfrentar as dificuldades, que irá encontrar na escola.

Para que a escola se torne inclusiva tem que contar com a participação de todos: profissionais, funcionários, familiares e a própria comunidade. Deve-se programar para a implantar as adequações necessárias, para ampliar espaços importantes que garantam aos alunos com deficiências uma aprendizagem e a permanência de qualidade na escola.

Sendo assim, cabe aos gestores e professores e todos os profissionais das escolas regulares fazerem sua parte, para que esta criança continue mantendo a felicidade, a segurança e auto estima, para que cresça e consiga driblar o que parece para a sociedade um “defeito ou uma diferença”, exigir todos os direitos que toda pessoa tem garantido pela legislação, mas o respeito é primordial. O professor precisa promover atividades que ensinam seus alunos a terem respeito pelas diferenças, dando continuidade neste papel que começa com a família, promovendo a inclusão total desse aluno a partir da efetuação da matrícula, repensando em suas práticas e se esforçando para a que a aprendizagem desse aluno seja concreta dentro de suas possibilidades, mas que ele possa se apoderar da sua independência.

Sobre reclamações dos professores, relacionadas aos problemas com a inclusão: "não sei lidar com aluno deficiente" ou "o aluno deficiente atrapalha a aula". O necessário é que tenham a consciência que algum dia, terão um ou mais alunos com

alguma deficiência na sala de aula; para os que já enfrentam essa realidade, terão que se capacitar e criar novos caminhos para sua atuação, levando oportunidades para que todos aprendam, mas cada um no seu ritmo. E para os que estão se formando ou que ainda não tiveram um aluno com deficiência, a reflexão é oportuna para praticar mudanças.

Considerando que a maioria dos educadores não é devidamente preparada para lidar com alunos em condições especiais, tais dificuldades podem se apresentar bem maiores do que são, de fato.

Este trabalho sinaliza a necessidade de continuação das investigações, envolvendo a família dos alunos e outros envolvidos, para que se tenha a inclusão de alunos com necessidades especiais, na sala de aula da escola regular de ensino, sem estarem excluídos, em um canto no fundo de uma sala pequena, a ponto de a própria criança sentir que não faz parte daquele contexto. Uma inclusão que possibilite manter sua dignidade, não basta uma legislação que determine a criação de cursos de capacitação de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Finalmente, não dá para ser um bom professor se não juntar vocação profissional, afeto, vontade de enfrentar desafios mesmo que os resultados, muitas vezes, não sejam visíveis aos olhos de outros.

## REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Bianca. **Uma inclusão nada especial**. Apropriações da Política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação Fundamental 2002, 171.

Dissertação (Mestrado) Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília. 23 de dez. 1996. P. 27. 33-27.841

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação. Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008o Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. P.10 Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Decreto-lei 3º/2008, que institui o enquadramento da educação Especial.

Brasil. Presidência da República. Decreto-lei 3º/2008 de sete de janeiro, que promulga a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência.

BOGDAN. Biklen S. **Características da investigação qualitativa**. IN: investigação em educação: uma introdução à teoria e métodos. Portugal, Porto Editora, 1994.

BUCHER. S. N. F. Júlia- MALAGUCHKE. CARVALHO Erenice Natalia Soares. FUKUDA Claudia Cristina. **A Família no Contexto da Deficiência**. FENAPAES Federação Nacional das APAES.

CARVALHO. Rosita Edler. **Removendo barreiras da aprendizagem**. - Educação inclusiva. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007

COELHO Madeira Cristina M. **Inclusão escolar**. in\_\_ Desenvolvimento, Humano Educação e Inclusão Escolar, Brasília: Ed. UnB, 2010.

CAMPOS. Ramos, P. C. **Desenvolvimento das interpretações de si, do outro e do mundo por crianças na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. Tese de Doutorado não publicada. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GLAT. R. **Ser mãe e a vida continua**. Rio de Janeiro: Agir: 1993. Revista Brasileira de Educação Especial. Acesso 5/11/2015.

KELMAM, C. A. **Sociedade, educação e cultura**. in\_ **Desenvolvimento, Humano Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: Ed. UnB, 2010 \_\_In: DELMAS- MARTY, O direito é Universal? IN: J. CHANGEUX 9Org.) Uma ética para quantos? Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999, p. 101-114.

UDKE, M.; ANDRÈ, MEDA. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E P.U., 1996.

LOPES, Maura Corsine ( In) **Possibilidades de pensar a inclusão**. Trabalho apresentado na 3º Reunião da (ANPED). Programa e textos. Associação Nacional de

Pós Graduação e pesquisa em Educação (APNED, 2007). [www.anpend.org.br/](http://www.anpend.org.br/) acesso 19/10/2015

LIMA, Solange Freitas Branco. **Recomendações Psicopedagógicas para o trabalho da equipe educacional com escolares com síndrome de Williams.** Rev. Psicopedagogia 29(88), p. 74-6, 2012

MACIEL. Diva Albuquerque. RAPOSO Mirian. Barbosa Tavares. **Metodologia e Construção do conhecimento contribuições para o estudo da inclusão.** in \_\_\_\_\_ Desenvolvimento Humano. Educação e Inclusão Escolar . Brasília: Ed. UnB, 2010.

COELHO Madeira Cristina M. **Concepções sobre o processo de inclusão:** a expressão de seus autores, revista Linhas Críticas, v.9,16, pp. 87-104. Universidade de Brasília: 2004,

\_\_\_\_\_ Um olhar sobre a relação sujeito-linguagem: a subjetividade e os transtornos da comunicação. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de Brasília: Brasília: 2004 (Obra não publicadas)

\_\_\_\_\_ Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, DF: MEC, 1996.

MANTOAN, Egler. M. Tereza, **Inclusão escolar o que é? por que? e como fazer.** Copyright 2004, 2015 Summus editorial,> <http://summus.com.br>

RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. MACIEL. Diva Albuquerque. **A psicologia e a formação professores: ação e reflexão a partir da percepção de professores em formação.** Interação 10. Curitiba, 2006. P. 287-300.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais; a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. P. 175. Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos)

## APÊNDICES

### Apêndice A - ROTEIRO DE ENTREVISTA MÃE

- 1- Qual é idade da criança?
- 2- Ela mora com quem?
- 3- Quanto tempo ela frequenta essa escola?
- 3- Ela tem outro tipo de atendimento especializado
- 5- Com qual idade foi percebida dificuldade da cria
- 6- Além da escola ela frequenta outro ambiente de ensino
- 7- Quero agradecer e deixar você a vontade para falar o que você sente sobre a inclusão da criança nessa escola?
- 8- A partir dai você percebeu alguma diferença no aprendizado?

## Apêndice B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO: PROFESSORA

- 1- Fale um pouco sobre você e sua experiência profissional?
- 2- Há necessidade de capacitação de professores da Rede Pública de Ensino Para a ação pedagógica na sala diante a inclusão? Fale de sua experiência com a inclusão?
- 3- Você acha que os professores da rede pública deveriam ter cursos para de capacitação para trabalhar com a inclusão?
- 4- Você acha que o Governo e a prefeitura são compromissados em relação à inclusão? Sim, eles oferecem cursos, oferecem o AEE no atendimento nas escolas.
- 5- Fale um pouco do momento atual que você tem uma aluna com síndrome de Willians.
- 6 - Você acha que ela teve alguma evolução do início do ano até agora?
- 7- O que você acha da aceitação das outras crianças com a aluna com deficiência?
- 8- Quero agradecer por essa entrevista, deixando você a vontade para dizer o que você deseja sobre a inclusão?

## ANEXOS

## Anexo – A Termos de consentimento livre e esclarecido



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Aceite Institucional**

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ pesquisa

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ responsabilidade \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_ pesquisador(a) \_\_\_\_\_, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

**Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a) \_\_\_\_\_ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

---

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

Nome do Professor: \_\_\_\_\_